



BANCO BRASILEIRO DE CRÉDITO S.A.

(atual denominação da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil)
CNPJ/MF nº 01.852.137/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, do Banco Brasileiro de Crédito S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. tem como objetivo a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, principalmente de caminhões, automóveis e veículos em geral, e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. E em conjunto com a cadeia de negócios da SIMPAR S/A, dá suporte aos canais de vendas do Grupo: Automob, CS Brasil, Movida, Transrio, Truckvan e Vamos Seminovos.

Em 16 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança de objeto social da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil para Banco múltiplo, com carteira comercial e de arrendamento mercantil, alterando a denominação social para Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, os Ativos totais da Companhia somaram R\$ 598,7 milhões, crescimento de 100,9% em relação a 31 de dezembro de 2021, os destaques foram para o valor presente das Operações de crédito com início no mês de abril e que atingiu R\$ 252,1 milhões neste mesmo exercício, e as operações de arrendamento mercantil com valor presente no montante de R\$ 213,1 milhões com redução de 10,8% comparado ao exercício anterior, e a R\$ 40,6 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 54,3 milhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras do Financeiras do Tesouro Nacional (LFT), e demais ativos totalizaram 38,6 milhões.

A captação de recursos destinados à operação de crédito e de arrendamento mercantil totalizava o montante de R\$ 415,3 milhões, através de Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 12,2 milhões, Depósitos a Prazo no montante de R\$ 305,5 milhões e as Letras de Arrendamento Mercantil (LAM), cujo montante foi R\$ 90,9 milhões esta segunda captação ante R\$ 175,2 milhões, em 31 de dezembro de 2021, com redução de 92,7%.

O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 118,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, com índice de Basileia de 22,6%.

O resultado do exercício contábil foi de R\$ (6,4) milhões.

De acordo com as normas vigentes do Banco Central do Brasil, o Banco Brasileiro de Crédito S.A. no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 18 de abril de 2023.

A DIRETORIA

| BALANÇOS PATRIMONIAIS - (Em milhares de Reais) | | | |
|---|--------------|-----------------|-----------------|
| | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| ATIVO | | | |
| Disponibilidades | 4 | 40.614 | 4.521 |
| Instrumentos Financeiros | 5a | 54.338 | 22.856 |
| Títulos e Valores Mobiliários | | 54.338 | 22.856 |
| Operações de Crédito | 6a | 252.119 | - |
| Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | 6f | (3.296) | - |
| - Operações de Crédito | | (3.296) | - |
| Operações de Arrendamento Mercantil | 6b | 213.140 | 239.066 |
| Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | 6f | (13.517) | (10.469) |
| - Operações de Arrendamento Mercantil | | (13.517) | (10.469) |
| Créditos Tributários | 20b | 41.080 | 34.658 |
| Imobilizado de uso | 7 | 193 | 151 |
| Depreciações Acumuladas Intangível | 7 | (122) | (109) |
| Amortizações Acumuladas | 8 | 3.549 | 956 |
| Outros Ativos | 8 | (577) | (299) |
| Outros Ativos | 9 | 11.140 | 6.716 |
| TOTAL DO ATIVO | | 598.661 | 298.047 |
| | | | |
| PASSIVO | | | |
| Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros | | 415.265 | 181.822 |
| - Depósitos Interfinanceiros | 10a | 12.246 | - |
| - Depósitos a Prazo | 10b | 305.534 | - |
| - Outros Depósitos | 10c | 6.548 | 6.604 |
| - Letras de Arrendamento Mercantil | 10d e | 90.937 | 175.218 |
| Obrigações Fiscais Diferidas | 20b | 41.609 | 37.678 |
| Outros Passivos | 12 | 23.139 | 13.457 |
| Patrimônio Líquido | | 118.648 | 65.090 |
| Capital Social | 13a | 110.000 | 50.000 |
| Reservas de Lucros | 13b | 8.648 | 15.090 |
| TOTAL O PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 598.661 | 298.047 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro por ação)

| | Nota | 2º Semestre 2022 | Exercícios findos em 31 de Dezembro 2022 | Exercícios findos em 31 de Dezembro 2021 |
|---|------|------------------|--|--|
| Receitas da intermediação financeira | | 127.571 | 248.259 | 204.287 |
| Rendas de operações de créditos | | 14.514 | 15.239 | - |
| Operações de arrendamento mercantil | 6i | 107.376 | 225.519 | 202.978 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 5c | 5.681 | 7.501 | 1.309 |
| Despesas da intermediação financeira | | (101.648) | (201.698) | (167.566) |
| Operações de captação no mercado | 10c | (20.392) | (30.893) | (10.626) |
| Operações de arrendamento mercantil | 6i | (81.256) | (170.805) | (156.940) |
| Resultado da intermediação financeira | | 25.923 | 46.561 | 36.721 |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | | (6.353) | (13.080) | (6.663) |
| Operações de arrendamento mercantil | 6f | (6.353) | (13.080) | (6.663) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | (21.872) | (39.900) | (21.383) |
| Receitas de prestação de serviços | 14 | 2.875 | 3.510 | 2.068 |
| Despesas de pessoal | 15 | (6.068) | (13.090) | (4.258) |
| Outras despesas administrativas | 16 | (17.974) | (27.664) | (15.151) |
| Despesas tributárias | 17 | (3.146) | (5.735) | (4.406) |
| Outras receitas operacionais | 18 | 3.543 | 5.172 | 1.488 |
| Outras despesas operacionais | 19 | (1.102) | (2.093) | (1.124) |
| Resultado operacional | | (2.302) | (6.419) | 8.675 |
| Outras receitas e despesas | | (1.483) | (1.354) | (85) |
| Resultado antes dos tributos e participações | | (3.785) | (7.773) | 8.590 |
| Tributos e participações sobre o resultado | | (300) | 1.331 | (4.099) |
| Imposto de renda e contribuição social | 20a | (300) | 1.581 | (3.544) |
| Participação sobre o resultado | 15 | - | (250) | (555) |
| (Prejuízo) lucro líquido | | (4.085) | (6.442) | 4.491 |
| (Prejuízo) lucro líquido por ação em circulação - em R\$ | | (0,08) | (0,13) | 0,09 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

| | Nota | 2º Semestre 2022 | Exercícios findos em 31 de Dezembro 2022 | Exercícios findos em 31 de Dezembro 2021 |
|---|------|------------------|--|--|
| (Prejuízo) Lucro do Período | | (4.085) | (6.442) | 4.491 |
| Outros resultados abrangentes do período | | - | - | - |
| (Prejuízo) Lucro do Período | | (4.085) | (6.442) | 4.491 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. (atual denominação social da BBC LEASING S.A. - Arrendamento Mercantil) "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e operacional principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. Em 16 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança de objeto social da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil para Banco múltiplo, com carteira comercial e de arrendamento mercantil, alterando a denominação social para Banco Brasileiro de Crédito S.A. As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18 de abril de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), advindas da Resolução CMN nº 4818/20 e da resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11638/07 e nº 11941/09. Seguindo as referidas normas, em especial a Resolução nº 4818, a Companhia optou por apresentar os ativos e passivos por ordem de liquidez e a segregação entre Circulante e Não Circulante está apresentada nas notas explicativas (nota 22 e).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades - Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras no país, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados e as operações prefixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Instrumentos Financeiros - Títulos e Valores Mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. São classificados nas seguintes categorias: **• Títulos para negociação** – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **• Títulos disponíveis para venda** – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e **• Títulos mantidos até o vencimento** – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A companhia não possui títulos classificados nesta categoria. **e) Operações de crédito e de Arrendamento Mercantil** - As operações de crédito são registradas a valor presente calculado "pro-rata-dia" com base na taxa de juros contratual, até 59 dias de atraso (nota 6a). A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN (nota 6b). Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil (nota 6b); De acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (nota 6b). Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento a Resolução BCB nº 2, as operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber dos contratos. No cálculo do valor presente é utilizada a taxa interna de retorno dos correspondentes contratos. As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de crédito e de arrendamento mercantil** - A provisão para perdas esperadas ao risco de crédito, das operações de crédito e de arrendamento mercantil é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H"

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais - R\$)

| | Capital Social | Reservas de Lucros | | Lucros (Prejuízos) acumulados | Totais |
|---|----------------|--------------------|----------------|-------------------------------|----------------|
| | | Legal | Estatutária | | |
| Saldos em 30 de junho de 2022 | 50.000 | 762 | 14.328 | (2.357) | 62.733 |
| Prejuízo do período | - | - | - | (4.085) | (4.085) |
| Aumento de capital | 60.000 | - | - | - | 60.000 |
| Destinação | - | - | - | - | - |
| Reservas | - | - | - | - | - |
| Dividendos | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 110.000 | 762 | 14.328 | (6.442) | 118.648 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 50.000 | 762 | 14.328 | - | 65.090 |
| Prejuízo do período | - | - | - | (6.442) | (6.442) |
| Aumento de capital | 60.000 | - | - | - | 60.000 |
| Destinação | - | - | - | - | - |
| Absorção de prejuízos acumulados com reservas | - | - | (6.442) | 6.442 | - |
| Dividendos | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 110.000 | 762 | 7.886 | - | 118.648 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 30.000 | 538 | 10.104 | - | 40.642 |
| Lucro líquido | - | - | - | 4.491 | 4.491 |
| Aumento de capital | 20.000 | - | - | - | 20.000 |
| Destinação | - | - | - | - | - |
| Absorção de prejuízos acumulados com reservas | - | 224 | 4.224 | (4.448) | - |
| Dividendos | - | - | - | (43) | (43) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 50.000 | 762 | 14.328 | - | 65.090 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais - R\$)

| | Nota | 2º Semestre 2022 | Exercícios findos em 31 de Dezembro 2022 | Exercícios findos em 31 de Dezembro 2021 |
|--|----------|------------------|--|--|
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | | (3.785) | (7.773) | 8.590 |
| Ajustes ao resultado | | 92.938 | 168.413 | 115.516 |
| Depreciações amortização de bens arrendados, líquido da superveniência | | 65.925 | 124.087 | 98.185 |
| Amortizações | | 208 | 291 | 64 |
| Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários | | 60 | 62 | (21) |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | | 6.353 | 13.080 | 6.663 |
| Despesas de operações de captação no mercado | 10c | 20.392 | 30.893 | 10.625 |
| Variações de ativos e obrigações | | (101.476) | (85.750) | (180.184) |
| Variação em títulos e valores mobiliários | | (47.145) | (31.543) | 9.875 |
| Variação de operações de crédito | | (213.219) | (252.119) | - |
| Variação em operações de arrendamento mercantil | | 4.315 | (60.295) | (189.458) |
| Variação de outras obrigações | | (24.169) | (29.345) | 14.779 |
| Variação em depósitos | | 186.583 | 298.712 | (8.177) |
| Variação em outros créditos | | (4.841) | (5.696) | (6.716) |
| Variação em outros valores e bens | | (3.000) | (5.464) | (488) |
| Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais | | (12.323) | 74.890 | (56.079) |
| Aquisição imobilizado de uso e intangível | | (2.280) | (2.634) | (558) |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimentos | | (2.280) | (2.634) | (558) |
| Aumento de capital social | | 60.000 | 60.000 | 20.000 |
| Captação por meio de recursos de emissão de títulos | | - | - | 214.324 |
| Resgate parcial de captação por meio de recursos de emissão de títulos | | (34.032) | (96.163) | (193.497) |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos | | 25.968 | (36.163) | 40.827 |
| Redução no caixa e equivalentes de caixa | | 11.365 | 36.093 | (15.810) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | | 29.249 | 4.521 | 20.331 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 4 | 40.614 | 40.614 | 4.521 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e não mais figurando no balanço patrimonial da entidade. A classificação das operações é amparada na análise periódica do dever e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas. As operações que se enquadram nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20, poderão ser mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020. A provisão para perdas esperadas é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito. **g) Imobilizado de uso e de arrendamento** - **i) Imobilizado de uso** - Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. **ii) Imobilizado de arrendamento** - É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação (notas 6b, 6h). **iii) Perdas em arrendamento** - Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens (nota 6b). **h) Intangível** - Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando informado)

31 de dezembro de 2022 e de 2021 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*. **I) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros - I) Depósitos interfinanceiros e a prazo** - São captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de aceite e emissão de títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras - **ii) Outros depósitos** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos. **iii) Letras de Arrendamento Mercantil** - Representados por captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes: **i - Ativos e Passivos Contingentes** - Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. • Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; • Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **ii - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias** - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo. Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **n) Outros Ativos e Passivos** - Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base "pro rata" dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base "pro rata" dia. **o) Resultado por ação** - O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações financeiras. **p) Uso de estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisão necessária para absorver eventuais riscos decorrentes de ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (v) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **q) Eventos subsequentes** - Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em: (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. **r) Resultado recorrente e não recorrente** - Resultado não recorrente refere-se ao resultado que esteja relacionado com as atividades da companhia e que não esteja previsto para ocorrer frequentemente nos exercícios futuros, resultado recorrente refere-se à atividade da companhia e tem a previsibilidade que ocorrerá com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão descritos na nota 23a.

4. DISPONIBILIDADES

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|---------------|--------------|
| Disponibilidades em moeda nacional | - | 521 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 40.614 | 4.000 |
| - Aplicações em depósitos interfinanceiros (a) (b) (c) | 40.614 | 4.000 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 40.614 | 4.521 |

(a) Representadas por aplicação em operações compromissadas em Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT;
(b) Remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI; e
(c) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam igual, ou inferior a 90 dias e que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|---------------|---------------|
| Carteira própria | 46.601 | 15.500 |
| Letras financeiras do tesouro – LFT (a) | 46.601 | 15.500 |
| Vinculados a prestação de garantias (b) | 7.737 | 7.356 |
| Letras financeiras do tesouro – LFT (c) | 7.737 | 7.356 |
| Total | 54.338 | 22.856 |

d) Composição da carteira por prazo

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Vencidos a mais de 14 dias | 5.438 | 3.757 |
| A vencer até 60 dias | 45.224 | 26.697 |
| A vencer de 61 a 90 dias | 19.395 | 11.733 |
| A vencer de 91 a 360 dias | 144.447 | 86.496 |
| A vencer acima de 360 dias | 250.755 | 110.383 |
| Total | 465.259 | 239.066 |

e) Composição da carteira por setor econômico:

| | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| Setor privado | 265.779 | 57,1 | 129.397 | 54,1 |
| Serviços | 193.079 | 41,5 | 92.990 | 38,9 |
| Transportes terrestres | 133.994 | 28,8 | 65.120 | 27,2 |
| Aluguéis não imobiliários | 21.289 | 4,6 | 3.353 | 1,4 |
| Serviços da construção | 22.711 | 4,9 | 11.931 | 5,0 |
| Armazenamento e atividades auxiliares | 6.899 | 1,5 | 7.079 | 3,0 |
| Demais serviços | 8.186 | 1,7 | 5.507 | 2,3 |
| Indústria | 29.487 | 6,3 | 11.719 | 4,9 |
| Fabricação de produtos alimentícios | 8.774 | 1,9 | 2.688 | 1,1 |
| Fabricação de produtos de metal | 1.483 | 0,3 | 1.347 | 0,6 |
| Fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis | 615 | 0,1 | 1.114 | 0,5 |
| Fabricação de produtos de borrachas e de materiais Plásticos | 3.145 | 0,7 | 1.544 | 0,6 |
| Fabricação de móveis | 232 | 0,1 | 681 | 0,3 |
| Extração de minerais não-metálicos | 2.976 | 0,6 | 482 | 0,2 |
| Demais Indústria | 12.262 | 2,6 | 3.863 | 1,6 |
| Comércio | 40.483 | 8,7 | 23.756 | 9,9 |
| Comércio atacadista | 14.368 | 3,1 | 13.028 | 5,4 |
| Comércio varejista | 18.644 | 4,0 | 7.415 | 3,1 |
| Comércio de veículos | 7.471 | 1,6 | 3.313 | 1,4 |
| Outros | 2.730 | 0,6 | 932 | 0,4 |
| Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal | 2.730 | 0,6 | 932 | 0,4 |
| Pessoa física | 199.480 | 42,9 | 109.669 | 45,9 |
| Total | 465.259 | 100,0 | 239.066 | 100,0 |

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Saldo no início do período | 10.469 | 11.741 |
| Constituição da provisão | 13.080 | 6.663 |
| Baixa para prejuízo | (6.736) | (7.935) |
| Saldo no final do período | 16.813 | 10.469 |

g) Recuperação e renegociação de créditos - No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve recuperação de crédito no montante de R\$ 3.627 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 1.398).

h) Imobilizado de Arrendamento

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------|----------------|
| Veículos e Afins | 447.327 | 507.824 |
| Máquinas e Equipamentos | 18.853 | 8.512 |
| Depreciação Acumulada | (278.064) | (248.140) |
| Superveniência de Depreciação | 166.351 | 150.712 |
| Perdas em Arrendamento | 1.308 | 1.274 |
| Total do imobilizado de arrendamento | 355.775 | 420.182 |

i) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil

| | 2º semestre 2022 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|----------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Receitas | | | |
| Rendas de arrendamento mercantil | 92.045 | 178.802 | 144.357 |
| Superveniência de depreciação | 15.331 | 46.717 | 58.621 |
| Total da receita | 107.376 | 225.519 | 202.978 |
| Despesas | | | |
| Depreciação de bens arrendados | (81.256) | (170.805) | (156.940) |
| Total da despesa | (81.256) | (170.805) | (156.940) |
| Total | 26.120 | 54.714 | 46.038 |

(a) Vencimento do papel para 1º. de março de 2025, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic; (b) Conforme Resolução BCB nº 80/2021, referem-se a recursos para garantia dos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos e valores recebidos pela instituição para crédito de cartões pré-pagos (vide nota 10a), todavia a Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, manteve valor superior ao mínimo exigido pelo BACEN; e (c) Vencimento do papel para 1º. de setembro de 2023, remunerada a uma taxa de 100% da Selic;

b) Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários – Letras financeiras do tesouro - LFT:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---------------|---------------|
| TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO | | |
| Valor de custo | 54.401 | 22.858 |
| Ajuste a mercado refletido no resultado (1) | (63) | (2) |
| Valor Contábil | 54.338 | 22.856 |

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA").

c) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários

| | 2º semestre 2022 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------------|--------------|--------------|
| Rendas de aplicações em operações compromissadas (1) | 2.379 | 3.779 | 411 |
| Rendas de títulos de renda fixa | 3.302 | 3.722 | 898 |
| Total | 5.681 | 7.501 | 1.309 |

(1) Vide nota 4.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**a) Composição da carteira de financiamento**

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------|------------|
| Financiamento de veículos | 250.077 | - |
| Capital de Giro | 2.042 | - |
| Valor presente das operações de crédito | 252.119 | - |

b) As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

I - Composição da carteira de arrendamento mercantil

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------|----------------|
| Arrendamentos a receber – setor privado | 261.706 | 318.039 |
| (-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil imobilizado de arrendamento (nota 6h) | (257.039) | (313.986) |
| (-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados | 466.180 | 516.336 |
| - Depreciações acumuladas (nota 6h) | (111.713) | (97.428) |
| - Superveniência de depreciação (nota 6h) | (278.064) | (248.140) |
| (-) Valor residual garantido antecipado | 166.351 | 150.712 |
| (+) Perdas em arrendamento (nota 6h) | (147.302) | (185.169) |
| | 1.308 | 1.274 |
| Valor presente das operações de arrendamento mercantil | 213.140 | 239.066 |

(*) Valor presente das contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, calculado conforme Circular Bacen nº 1429/1989.

c) Composição da carteira por nível de risco

| Nível de Risco | Curso anormal | | | Saldo da carteira - R\$ mil | | |
|----------------------------------|---------------|---------------|------------------------|-----------------------------|----------------|--------------|
| | Vencidas | Vincendas | Total do curso anormal | Curso Normal | Total | % |
| AA | - | - | - | - | - | - |
| A | - | - | - | 321.985 | 321.985 | 69,2 |
| B | 549 | 6.980 | 7.529 | 71.377 | 78.906 | 17,0 |
| C | 1.379 | 15.669 | 17.048 | 19.125 | 36.173 | 7,8 |
| Subtotal | 1.928 | 22.649 | 24.577 | 412.487 | 437.064 | 94,0 |
| D | 861 | 6.283 | 7.144 | 5.757 | 12.901 | 2,8 |
| E | 290 | 1.373 | 1.663 | 142 | 1.805 | 0,3 |
| F | 285 | 1.393 | 1.678 | 4 | 1.682 | 0,4 |
| G | 631 | 3.151 | 3.782 | 53 | 3.835 | 0,8 |
| H | 2.780 | 5.186 | 7.966 | 6 | 7.972 | 1,7 |
| Subtotal | 4.847 | 17.386 | 22.233 | 5.962 | 28.195 | 6,0 |
| Total Geral em 31/12/2022 | 6.775 | 40.035 | 46.810 | 418.449 | 465.259 | 100,0 |
| % | 1,5 | 8,6 | 10,1 | 89,9 | 100,0 | |
| Total Geral em 31/12/2021 | 4.906 | 30.727 | 35.633 | 203.433 | 239.066 | 100,0 |
| % | 2,1 | 12,9 | 14,9 | 85,1 | 100,0 | |

Mínima requerida

| Nível de Risco | % Mínimo de Provisionamento requerido | Específica | | | Total em 31/1/2022 | % | Total em 31/1/2021 | % |
|----------------------------------|---------------------------------------|--------------|--------------|------------------|--------------------|---------------|--------------------|--------------|
| | | Vencidas | Vincendas | Total específica | | | | |
| AA | - | - | - | - | - | - | - | - |
| A | 0,5 | - | - | - | 1.610 | 9,6 | 697 | 6,7 |
| B | 1,0 | 5 | 70 | 75 | 714 | 4,7 | 446 | 4,3 |
| C | 3,0 | 42 | 470 | 512 | 574 | 6,5 | 922 | 8,8 |
| Subtotal | - | 47 | 540 | 587 | 2.898 | 20,8 | 2.065 | 19,8 |
| D | 10,0 | 86 | 628 | 714 | 576 | 1.290 | 1.358 | 13,0 |
| E | 30,0 | 87 | 412 | 499 | 43 | 542 | 877 | 8,4 |
| F | 50,0 | 142 | 696 | 838 | 1 | 839 | 1.383 | 13,2 |
| G | 70,0 | 442 | 2.206 | 2.648 | 37 | 2.685 | 798 | 7,6 |
| H | 100,0 | 2.780 | 5.186 | 7.966 | 6 | 7.972 | 3.988 | 38,0 |
| Subtotal | - | 3.537 | 9.128 | 12.665 | 663 | 13.328 | 8.404 | 80,2 |
| Total Geral em 31/12/2022 | - | 3.584 | 9.668 | 13.252 | 3.561 | 16.813 | 10.469 | 100,0 |
| % | | 21,3 | 57,5 | 78,8 | 21,2 | 100,0 | | |
| Total Geral em 31/12/2021 | - | 1.958 | 6.159 | 8.117 | 2.352 | 10.469 | 8.404 | 80,2 |
| % | | 18,7 | 58,8 | 77,5 | 22,5 | 100,0 | | |

j) Movimentação do imobilizado de arrendamento

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo no início do período | 420.181 | 329.662 |
| Entradas | 138.889 | 258.452 |
| Baixas | (79.207) | (69.613) |
| Depreciação no período (nota 6i) | (170.805) | (156.940) |
| Superveniência de Depreciação no período (nota 6i) | 46.717 | 58.621 |
| Saldo no final do período | 355.775 | 420.182 |

7. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

| | Taxa anual | Custo | Depreciação | Valor residual |
|--|------------|--------------|-------------|----------------|
| Móveis e equipamentos de uso | 10% | 83 | (33) | 50 |
| Equipamentos de processamento de dados | 20% | 110 | (89) | 21 |
| Total em 31/12/2022 | 193 | (122) | 71 | |
| Total em 31/12/2021 | 151 | (109) | 42 | |

8. INTANGÍVEL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando informado)**d) Letras de Arrendamento Mercantil - LAM**

| Vencimento | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-------------------|---------------|----------------|
| 01 a 30 dias | 2.999 | 18.612 |
| 31 a 180 dias | 23.311 | 42.273 |
| 181 a 360 dias | 30.420 | 31.147 |
| Acima de 360 dias | 33.363 | 81.683 |
| Subtotal | 90.093 | 173.715 |

e) Letras de Arrendamento Mercantil – LAM (Vinculadas Resolução BACEN nº 2921/2002)

| Vencimento | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-------------------|---------------|----------------|
| 31 a 180 dias | 309 | 384 |
| 181 a 360 dias | 281 | 350 |
| Acima de 360 dias | 254 | 769 |
| Subtotal | 844 | 1.503 |
| Total | 90.937 | 175.218 |

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 montou a R\$ 11.882 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 10.626).

As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

| | Em 31 de dezembro | | | |
|---|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| | 2022 Ativo (passivo) | 2021 Ativo (passivo) | 2022 Receitas (despesas) | 2021 Receitas (despesas) |
| Operações ativas vinculadas | | | | |
| Operações ativas vinculadas | | | | |
| Operações de arrendamento mercantil | 1.830 | 2.133 | 787 | 1.405 |
| Obrigações por conta das operações ativas | | | | |
| Letras de arrendamento mercantil | (843) | (1.503) | (70) | (201) |
| Resultado Líquido das operações Vinculadas | 987 | 630 | 717 | 1.204 |

11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

• **Ativos contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia. • **Passivos contingentes prováveis e possíveis e obrigações legais** – O desenvolvimento das atividades normais da Companhia pode acarretar contingências decorrentes de processos judiciais de natureza cível, trabalhistas e fiscal. Na constituição das provisões a administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, nos casos em que a perda for avaliada como provável. • **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos onde a Companhia figura como "ré". As ações cíveis referem-se principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais, que totalizam em 31 de dezembro de 2022 R\$ (930), em 31 de dezembro de 2021 no montante total de R\$ (343).

12. OUTROS PASSIVOS

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Fiscais e previdenciárias | 3.015 | 4.007 |
| Provisão para pagamento a efetuar | 7.113 | 1.429 |
| Credores diversos | 12.852 | 7.485 |
| Outros | 159 | 536 |
| Total | 23.139 | 13.457 |

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 R\$ 110.000 e de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 50.000, dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---------------------------|--------------|---------------|
| Reserva Legal (1) | 762 | 762 |
| Reservas estatutárias (2) | 7.886 | 14.328 |
| Reservas de lucros | 8.648 | 15.090 |

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo limitado a 95% do capital social integralizado. Estão assegurados um dividendo mínimo obrigatório, de 1% do lucro líquido anual ajustado, no exercício de 2022 não foram provisionados dividendos.

14. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | 2º semestre 2022 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-------------------------------------|------------------|--------------|--------------|
| Rendas com cartões pré-pagos (1) | 227 | 279 | 1.639 |
| Operações de arrendamento mercantil | 13 | 77 | 429 |
| Rendas de operações de crédito | 2.635 | 3.154 | - |
| Total | 2.875 | 3.510 | 2.068 |

(1) Rendas provenientes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

15. DESPESAS DE PESSOAL

| | 2º semestre 2022 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-----------------------|------------------|---------------|--------------|
| Proventos | 3.806 | 9.326 | 2.503 |
| Encargos sociais | 1.583 | 2.630 | 1.154 |
| Benefícios | 679 | 1.134 | 601 |
| Participação no Lucro | - | 250 | 555 |
| Total | 6.068 | 13.340 | 4.813 |

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | 2º semestre 2022 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------------|---------------|---------------|
| Serviços do sistema financeiro | 173 | 305 | 1.481 |
| Serviços de terceiros | 6.658 | 9.948 | 6.546 |
| Honorários da diretoria (21b) | 6.596 | 8.522 | 2.304 |
| Serviços técnicos especializados | 1.055 | 2.389 | 1.180 |
| Processamento de dados | 1.833 | 3.678 | 1.591 |
| Despesas com cobrança contratos | 573 | 822 | 460 |
| Despesas com reembolso partes relacionadas | 471 | 787 | 642 |
| Comunicações | 58 | 124 | 164 |
| Aluguéis | 214 | 342 | 176 |
| Publicações | 6 | 22 | 93 |
| Outras | 337 | 725 | 514 |
| Total | 17.974 | 27.664 | 15.151 |

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

| | 2º semestre 2022 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------|------------------|--------------|--------------|
| COFINS | 1.316 | 2.231 | 1.612 |
| PIS | 214 | 362 | 262 |
| ISS | 1.616 | 3.142 | 2.532 |
| Total | 3.146 | 5.735 | 4.406 |

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

| | 2º semestre 2022 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-----------------------------|------------------|--------------|--------------|
| Outras receitas financeiras | 3.543 | 5.172 | 1.488 |
| Total | 3.543 | 5.172 | 1.488 |

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2º semestre 2022 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------------------|------------------|--------------|--------------|
| Associação de Classe | 70 | 112 | 77 |
| Desconto concedido | 299 | 829 | 708 |
| Despesas com Bens recuperados | 359 | 505 | 125 |
| Despesas com provisão trabalhistas | - | 25 | 134 |
| Depreciação e amortização (1) | 208 | 291 | 65 |
| Despesas com viagem | 19 | 93 | - |
| Outras | 147 | 238 | 15 |
| Total | 1.102 | 2.093 | 1.124 |

(1) Bens Intangíveis

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A Companhia está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, cuja apuração a seguir é demonstrada:

| | 2º semestre 2022 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------------|----------------|----------------|
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | (3.785) | (7.773) | 8.590 |
| • Aliquota vigente (nota 3j) | 46% | 46% | 45% |
| • Imposto de renda e Contribuição apurada / Expectativa de crédito | 1.741 | 3.498 | (3.866) |
| • Outros efeitos do IRPJ e da CSLL | (2.041) | (1.917) | 322 |
| Total de Imposto de Renda e Contribuição social | (300) | 1.581 | (3.544) |

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

| | 31/12/2021 | Constituição | Realização/ Baixa | 31/12/2022 |
|---|----------------|---------------|----------------------|---------------|
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 8.590 | 6.751 | (1.324) | 14.017 |
| Provisão Processos Trabalhistas | 60 | 13 | - | 73 |
| Provisão para publicação | 34 | 9 | (34) | 9 |
| Ajuste de Marcação a Mercado | - | 9 | (9) | - |
| Crédito tributário sobre diferenças temporárias | 8.684 | 6.782 | (1.367) | 14.099 |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (2) | 25.974 | 4.073 | (3.066) | 26.981 |
| Total Crédito tributário | 34.658 | 10.855 | (4.433) | 41.080 |
| Obrigações fiscais diferidas (1) | (37.678) | (5.565) | 1.655 | (41.588) |
| Obrigações diferidas de MTM | - | (31) | 10 | (21) |
| Crédito tributário líquidos das obrigações fiscais diferidas | (3.020) | 5.259 | (2.768) | (529) |

(1) obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação.

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A projeção de realização do crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

| | Diferenças temporárias | | |
|---|------------------------|---------------------|------------------|
| | Imposto de Renda | Contribuição social | Total 31/12/2022 |
| 2023 | 1.907 | 1.525 | 3.432 |
| 2024 | 1.575 | 1.260 | 2.835 |
| 2025 | 4.310 | 3.448 | 7.758 |
| 2026 | - | - | - |
| 2027 | 42 | 32 | 74 |
| Total dos créditos tributários (2) | 7.834 | 6.265 | 14.099 |

(2) Conforme § 1º do Art. 5º da Resolução CMN nº 4.842/20, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 26.981 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 25.974), não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, foi calculado de acordo com a taxa DI divulgada pela B3, no montante de R\$ 10.737 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 6.814).

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | | | |
|--|-------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| | 2022 Ativo (passivo) | 2021 Ativo (passivo) | 2022 Receitas (despesas) | 2021 Receitas (despesas) |
| Comissões a Pagar | | | | |
| Movida Locação de Veículos S.A. | (617) | (123) | (4.684) | (1.640) |
| Ponto Veículos LTDA. | (29) | (6) | (173) | (46) |
| Original Veículos LTDA. | (49) | (22) | (454) | (161) |
| Transrio Caminhões e Ônibus LTDA . | (84) | (135) | (1.340) | (2.529) |
| CS Brasil Transportede Passageiros e Serviços Ambientais | (2) | (1) | (2) | - |
| Vamos Locação de Caminhões Máquinas | (198) | (29) | (735) | (362) |
| Komatsu | - | - | (21) | - |
| Antecipações para Reembolso de Crédito | | | | |
| • JSL S/A. e Controladas | (69) | (48) | - | - |
| Valores a Pagar | | | | |
| • JSL S/A. e Controladas | (102) | (4) | (13) | (4) |
| Receita de Prestação de Serviços | | | | |
| • JSL S/A. e Controladas | - | - | 56 | 838 |
| Outras Despesas Administrativas | | | | |
| • SIMPAR S/A. e Controladas | (71) | (52) | (787) | (415) |
| Outras Receitas | | | | |
| • Controladas | - | - | - | 23 |
| Aplicação em Letras de Arrendamento Mercantil | | | | |
| • BBC Holding Financeira Ltda. | (7.492) | (23.689) | (1.224) | (3.017) |
| • SIMPAR S.A. | (20.970) | (143.600) | (1.942) | (2.204) |
| • Mogi Passes LTDA. | (54.171) | - | (4.226) | - |
| • Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos | (7.253) | (7.112) | (442) | (339) |
| • SIMPAR S.A. (Vinculada a Resolução BACEN nº2921/2002). | (843) | - | (70) | (121) |

b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** - De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 8.522 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 2.304).

c) **Benefícios Pós Emprego** - Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) **Gerenciamento de Riscos** - O gerenciamento de riscos é considerado um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando obter a segurança necessária para a manutenção e continuidade dos negócios da Companhia. A Resolução Bacen nº 4.557/17, dispõe sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos e a estrutura de Gerenciamento de Capital, que devem adotar as instituições de forma contínua e de acordo com a compatibilidade do modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos desenvolvidos. O gerenciamento de riscos é o processo onde: • São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações; • São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gerenciamento e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e • A carteira é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno. A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação. O gerenciamento de riscos é considerado estratégico pela característica dos produtos e ativos das operações de arrendamento mercantil e operações de crédito direto ao consumidor, impondo as condições de mercado constantes necessidades de aprimoramento e busca das melhores práticas. A Companhia exerce o controle dos riscos desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para gerenciamento dos riscos. Os processos de gerenciamento de riscos permeiam toda a Companhia, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de Riscos. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a Administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis pela autoridade monetária no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos, que estão também associados à Gestão e Continuidade dos negócios da Companhia. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. Em relação ao Gerenciamento de Capital, destacamos que o Índice de Basileia faz parte dos indicadores que são avaliados nesse processo de Gerenciamento, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular CMN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site <http://www.bancobcdigital.com.br>. Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos. b) **Gerenciamento de Risco de Crédito** - Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, renegociações, recuperações e provisionamentos. Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, são utilizados instrumentos de controle, tais como: Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência, além da avaliação do impacto na contratação das operações de crédito no Risco Social, ambiental e climático, relacionado às operações analisadas na Companhia. c) **Gerenciamento de Risco de Mercado e do IRRBB** - Define-se como Risco de Mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. À esta definição se inclui os riscos de variação de taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos de classificação na carteira de negociação; e os riscos da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Deve-se prever, adicionalmente, para o risco de mercado e para o IRRBB, sistemas que considerem todas as fontes significativas de risco e utilizem dados confiáveis de mercado e de liquidez, tanto internos quanto externos, documentação adequada das reclassificações de instrumentos entre a carteira de negociação e a carteira bancária e das transferências internas de riscos, observados os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O gerenciamento do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais. A Companhia adota e monitora a possibilidade de perda financeira decorrente de oscilações de preços e taxas de instrumentos financeiros, visto que existe a possibilidade de descasamento de prazos, moedas e indexadores nas realizações de suas operações. A Análise de Sensibilidade efetuada pela Companhia, é um processo pelo qual são estimadas as oscilações que podem ocorrer quando aplicados choques predeterminados nos fatores de risco. Tal método tem como finalidade simular os efeitos no resultado da Companhia diante de eventuais cenários. Abaixo, demonstramos o impacto nas posições da Companhia para 31/12/2022 e 31/12/2021, sendo aplicado 3 cenários com a alta da taxa de juros.

Análise de sensibilidade – Carteira Bancária

| Carteira com taxa de juros em reais | 31 de dezembro de 2022 | | | | 31 de dezembro de 2021 | | | | R\$ mil |
|-------------------------------------|------------------------|----------------|----------------|----------------|------------------------|----------------|----------------|----------------|---------|
| | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário 3 | Cenário 4 | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário 3 | Cenário 4 | |
| | +0,25% | +0,50% | +0,75% | +1,00% | +0,25% | +0,50% | +0,75% | +100% | |
| Ativo | | | | | | | | | |
| Leasing financeiro | (650) | (1.296) | (1.938) | (2.575) | (762) | (1.518) | (2.270) | (3.016) | |
| Operações de Crédito | (1.059) | (2.109) | (3.151) | (4.184) | - | - | - | - | |
| Total do Ativo | (1.709) | (3.405) | (5.089) | (6.759) | (762) | (1.518) | (2.270) | (3.016) | |
| Passivo | | | | | | | | | |
| Letras de Arrendamento Mercantil | 185 | 366 | 548 | 729 | 431 | 860 | 1.286 | 1.709 | |
| Depósitos à Prazo | 254 | 507 | 759 | 1.010 | - | - | - | - | |
| Total do Passivo | | | | | | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando informado)

de crescimento; • Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores; • Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Diretoria de Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos; e • O Índice de Basileia apurado em dezembro de 2022 foi de 22,6% (31 de dezembro de 2021 - 21,3%), demonstrando a suficiência de capital da Companhia, que visa suportar o incremento na realização de novas operações de crédito Direto ao Consumidor e Arrendamento Mercantil, bem como, na emissão de moeda eletrônica de pagamento na modalidade pré-pago.

g) Apresentamos o balanço patrimonial por prazo

| | 1 a 30 dias | 31 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | Prazo indeter- minado | Total |
|---|----------------|------------------|-------------------|----------------------|-----------------------------|-----------------|
| Ativo | | | | | | |
| Disponibilidades | 40.614 | - | - | - | - | 40.614 |
| Intrumentos Financeiros | 54.338 | - | - | - | - | 54.338 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 54.338 | - | - | - | - | 54.338 |
| Operações de créditos | 8.597 | 42.259 | 45.935 | 155.328 | - | 252.119 |
| Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | (112) | (554) | (600) | (2.030) | - | (3.296) |
| - Operações de Créditos | (112) | (554) | (600) | (2.030) | - | (3.296) |
| Operações de Arrendamento Mercantil | 11.447 | 51.134 | 46.246 | 104.313 | - | 213.140 |
| Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | (726) | (3.243) | (2.933) | (6.615) | - | (13.517) |
| - Operações de Arrendamento Mercantil | (726) | (3.243) | (2.933) | (6.615) | - | (13.517) |
| Créditos Tributários | 138 | 864 | 2.864 | 37.214 | - | 41.080 |
| Imobilizado de uso | - | - | - | - | 71 | 71 |
| Intangível | - | - | - | - | 2.972 | 2.972 |
| Outros Ativos | 4.192 | 6.632 | 316 | - | - | 11.140 |
| Total em 31 de dezembro de 2022 | 110.003 | 55.387 | 46.493 | 134.912 | 3.043 | 598.661 |
| Total em 31 de dezembro de 2021 | 49.495 | 54.756 | 53.922 | 139.175 | 699 | 298.047 |
| Passivo | | | | | | |
| Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros | 50.571 | 160.355 | 145.452 | 58.887 | - | 415.265 |
| - Depósitos Interfinanceiros | 4.082 | 8.164 | - | - | - | 12.246 |
| - Depósitos a Prazo | 36.942 | 128.571 | 114.751 | 25.270 | - | 305.534 |
| - Outros Depósitos | 6.548 | - | - | - | - | 6.548 |
| - Letras de Arrendamento Mercantil | 2.999 | 23.620 | 30.701 | 33.617 | - | 90.937 |
| Obrigações Fiscais Diferidas | - | - | - | 41.609 | - | 41.609 |
| Outros Passivos | 4.153 | 18.986 | - | - | - | 23.139 |
| Patrimônio Líquido | - | - | - | - | 118.648 | 118.648 |
| Capital Social | - | - | - | - | 110.000 | 110.000 |
| Reservas de Lucros | - | - | - | - | 8.648 | 8.648 |
| Total em 31 de dezembro de 2022 | 54.724 | 179.341 | 145.452 | 100.496 | 118.648 | 598.661 |
| Total em 31 de dezembro de 2021 | 35.755 | 45.575 | 31.497 | 120.130 | 65.090 | 298.047 |

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Resultado recorrentes e não recorrentes** - De acordo com a Resolução nº 2/2020 (art. 34) o resultado contábil de 2022 foi de R\$ (6.442) e de 2021 no montante de R\$ 4.491 ambos sendo resultados recorrentes. Nos exercícios não ocorreram resultados não recorrentes. b) Ativos intangíveis são representados por aquisição de licenças de *softwares*. c) No processo de convergência as Normas Internacional de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, aplicáveis às instituições financeiras. Até 31 de dezembro de 2022, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram: • Resolução nº 4.924/21 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); • Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); • Resolução nº 4.818/20 – Eventos Subsequente (CPC 24); • Resolução nº 3.989/21 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1); • Resolução nº 4.924/21 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) • Resolução nº 4.924/21 – Estrutura Conceitual Básica (R1); • Resolução nº 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1); • Resolução nº 4.818/20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 – R1); • Resolução nº 4.818/20 – Demonstração do Fluxo de Caixa – (CPC 03 – R2); e • Resolução nº 4.924/21 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46); • Resolução nº 4818/20 – Resultado por ação (CPC 41) • Resolução nº 4.525/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27) • Resolução nº 4.924/21 – Receita de Contrato com cliente (CPC 47); d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022. e) Em atendimento à referida norma, a Companhia elaborou um plano para sua implementação, que foi aprovado em ata de reunião da diretoria realizada em 27 de dezembro de 2022. O plano de implementação do Banco Brasileiro de Crédito S.A. está segregado em três pilares: (i) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; (ii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis; e (iii) Governança e cronograma do plano de implementação: A implementação será faseada ao longo de 2023 até o final do exercício de 2024, dependendo ainda de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) A Medida Provisória nº 1.115/2022 altera a alíquota da contribuição social dos Bancos de 20% para 21% a partir do mês de agosto de 2022 voltando a alíquota de 20% no mês de janeiro de 2023. b) Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente. Confirmamos que não foi identificada na Companhia exposição em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, foi necessária em 31 de dezembro de 2022 ou em exercícios anteriores.

| DIRETORIA EXECUTIVA | |
|--|--|
| Paulo Rogério Caffarelli Diretor Presidente | |
| DIRETORES | |
| Luiz Felipe Bertozzo Francischinelli Paulo Francisco Pinho Alexandre Punko Heubner Lopes Bustamante Carlos Henrique Fagundes Mário Celso Cunha Rodrigues Wallace Jagiello da Silva | |
| Carlos Roberto da Conceição - Contador - CRC 1SP 307638/O-4 | |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores
Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Brasileiro de Crédito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Brasileiro de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP127241/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>